



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**GABINETE DA 3ª RELATORIA**  
**CONSELHEIRO JOSÉ WAGNER PRAXEDES**

Ofício nº 19/2019

Palmas, 10 de janeiro de 2019.

À Sua Excelência o Senhor

**Paulo Sérgio Torres Fernandes – Prefeito**

**Edmaria Tolentino de Oliveira Silva - Secretária de Educação**

Prefeitura Municipal de Conceição do Tocantins

Praça José Leal, nº 12, Centro

CEP 77305-000 – Conceição do Tocantins – TO

**Assunto: Fiscalização Preliminar Plano Municipal de Educação**

Senhor Prefeito,  
Senhora Secretária,

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, vem realizando fiscalizações preliminares objetivando aferir o cumprimento do Plano Nacional de Educação-PNE aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014 por parte do Município, consistente em verificar a garantia de transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

A análise preliminar promovida pela Unidade Técnica no município de Conceição do Tocantins - TO, trouxe como resultado os seguintes apontamentos:

I – Incompatibilidade das metas estabelecidas no Plano Municipal da Educação, Lei Municipal nº 165/2015, com o de metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação, que demonstra descumprimento do artigo 3º da Lei Federal nº 13.005/2014, conforme segue:

- a) Não oferecimento de vagas em creche e pré-escola em quantitativo suficiente para o atingimento da Meta 1A do Plano Nacional da Educação estabelecidas na Lei Federal nº 13005/2014 tendo em vista que conforme os dados levantados no Sistema TC educa, disponível em <https://pne.tce.mg.gov.br> , apenas 44 do total de 151 ou seja, 29,14% das crianças de 4 e 5 anos encontram-se matriculados na educação infantil, quando deveria ter atingido a meta de 100,00% até 2016, evidenciando descumprimento do artigo 2083 , I e IV da Constituição Federal, e da Lei Federal nº 13.005/2014;
- b) Tendência de descumprimento da Meta 1B do Plano Nacional da Educação tendo em vista que conforme os dados levantados no Sistema TC educa, disponível em <https://pne.tce.mg.gov.br> , apenas 97 do total de 328 ou seja, 29,57% das crianças de 0 a 3anos encontram-se matriculados na educação infantil, sendo que o Município deverá atingir a meta de 50,00% até 2024;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**GABINETE DA 3ª RELATORIA**  
**CONSELHEIRO JOSÉ WAGNER PRAXEDES**

- c) Descumprimento da Meta do IDEB no ano de 2017, anos iniciais e Descumprimento nos anos finais, estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 como a Meta 7, qual seja, “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (...)” e, portanto, o Município poderá também não alcançar a meta nacional em 2021, pois conforme tabela abaixo, em consulta ao sítio do INEP no endereço eletrônico (<http://portal.inep.gov.br>), apurou-se:
- d) Descumprimento da Meta 18 do PNE estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 no que se refere ao Piso Salarial Nacional tendo em vista que, conforme os dados encaminhados pelo Município via SICAP-Atos de Pessoal (relatório anexo extraído da folha do mês de outubro/18), 19 de um total de 54, ou seja, 35,2% dos Professores do Magistério do Município de CONCEIÇÃO, são remunerados com valores mensais inferiores ao Piso estabelecido pela Portaria nº 1.595, de 28 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 2.455,35. Ressalta-se que a relação do SICAP-Atos de Pessoal não leva em consideração a proporcionalidade de Professor 20h, Professor 30h e Assistente de Professor;
- e) Descumprimento da Estratégia nº 18.1 do Plano Nacional da Educação estabelecida na Lei Federal nº 13.005/2014 uma vez que conforme os dados encaminhados pelo Município via SICAP-Atos de Pessoal (relatório anexo extraído da folha do mês de out/2018), 01 de um total de 54, ou seja 1,9,2%, dos profissionais do magistério são efetivos (quando a meta estabelece o mínimo de 90% até 2016);
- f) Registro de construção de escolas destinadas a educação infantil básica: consta obra inacabada - Escola de Educação Infantil tipo B- cuja a data prevista de conclusão se deu em 31/12/2016, conforme consulta do sistema SIMEC disponível em <http://simec.mec.gov.br/painelObras>; - Registro de construção de escola destinadas a educação infantil - PROINFÂNCIA: consta obra inacabada - Escola de Educação Infantil tipo B, percentual de execução da obra 45%, conforme consulta do sistema SIMEC disponível em <http://simec.mec.gov.br/painelObras>; II- Ausência, no Plano Municipal da Educação, de estratégias e/ou medidas que colaborem, em âmbito municipal, para o resultado das estratégias previstas no Plano Nacional da Educação-PNE, conforme abaixo:
- a) Meta 1, estratégia nº 1.16) o Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- b) Meta 7, estratégia nº 7.17) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**GABINETE DA 3ª RELATORIA**  
**CONSELHEIRO JOSÉ WAGNER PRAXEDES**

Como se trata de uma fiscalização preliminar, antes de autuarmos o presente expediente como processo e adotarmos medidas sancionadoras, é importante facultar aos responsáveis a apresentação de esclarecimentos. Assim, serve o presente para levar ao conhecimento dos gestores o resultado da fiscalização, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento deste ofício, para apresentarem alegações de defesa que serão submetidas à Terceira Diretoria de Controle Externo, objetivando aferir quais falhas remanescem.

Atenciosamente,

**CONSELHEIRO JOSÉ WAGNER PRAXEDES**  
Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JOSE WAGNER PRAXEDES

Cargo: CONSELHEIRO - Matricula: 234036

Código de Autenticação: 1e836bde528ee9261659a977686b7134 - 11/01/2019 16:22:57